

A EXPROPRIAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E A “FANTOCHIZAÇÃO DA DEMOCRACIA”

OSMAN SANTANA COSTA¹

RESUMO: Ao analisar convergência mundial no processo que denominamos de “Globalização”, partimos para o entendimento de que isso ocorre a partir de distintas dimensões, tais como: a) espacial: com a derrubada das fronteiras nacionais, b) social: estabelecem-se linhas divisórias muito claras entre aqueles que estão capacitados a participarem ativamente desse moderno desenvolvimento e aqueles que tendem a ser deslocados e marginalizados pelas mesmas transformações técnicas produtivas. Esse processo, no contexto político, acaba por produzir também uma expropriação na soberania dos Estados nacionais e ainda no bojo de outros fatores, promove nas palavras de José Luis Bolzan de Moraes, uma “fantochização da democracia”, tema esse, a ser entendido nesse artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; Estado; Democracia.

INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos mais importantes das sociedades contemporâneas é a “globalização”, um conceito hodierno, mas tão arraigado no mundo, que está presente

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Vila Velha, Brasil (2013).

intensamente no vocabulário cotidiano, mesmo que nem sempre sua definição seja clara e inequívoca.

O presente artigo visa mostrar alguns fatores que contribuíram para este processo, nos quais os mais importantes nas últimas três décadas são: A) O desenvolvimento de formas de governo regionais e internacionais que criaram uma maior proximidade entre países e povos de todo o mundo; B) O exponencial desenvolvimento tecnológico, sobretudo ao nível das tecnologias da informação com o advento das telecomunicações, dando ênfase maior aos tele comunicadores móveis e da Internet que permitem um maior fluxo de informação e uma maior acessibilidade à escala global; C) O desenvolvimento das empresas chamadas multinacionais que criam redes de produção e de consumo no mundo inteiro, detentoras de um extraordinário poder econômico e político, em muitos casos “desarranjam” a autonomia das nações, gerando pressões econômicas em vários Estados aumentando a desigualdade social e por fim, e; D) A influência desse fenômeno mundial sobre os governos democráticos, bem como o governo brasileiro, o qual aqui destacamos, e seu poderio financeiro capaz de pressionar economicamente e de transformar as forças políticas em “fantoques” na busca de interesses particulares ou de uma minoria descomprometida com o bem estar da sociedade global em geral.

Ainda nesse patamar, analisa-se o que se chamou de “fantochização da democracia”, em especial, na democracia representativa, tendo em vista os modelos de “desdiferenciação” de propostas e de “desidentificação” de candidaturas, que se mostram latentes, inclusive no recente governo Luiz Inácio Lula da Silva, bem como do PT, que aqui se retoma apenas a guisa de exemplo.

Finalmente logra-se que, nessa perspectiva, o papel da esfera política do Estado, especialmente no Brasil, em tese, deveria propiciar a formação de mecanismos fomentadores do exercício real da democracia, para que esta se tornasse relevante para a sociedade.

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

A capacidade dos cidadãos brasileiros, de se aperceberem enquanto sujeitos sociais organizados na sociedade civil, ao exercitarem a real democracia em todos os níveis, refletindo sobre os problemas, interferindo, participando, dialogando, enfim, buscando o consenso em torno dos interesses da maioria, é a perspectiva ideal.

A forma democrática ativa e justa na solução de problemas passa pela definição de normas nítidas e claras, onde os atores sociais (povo, empresários, organizações civis, políticos etc.) dotados de interesses coletivos se reconheçam e se respeitem na integridade de seus direitos e deveres. É o que se espera de um Brasil justo e verdadeiramente democrático.

2. A “DESCONSTRUÇÃO” DO ESTADO E DA SOBERANIA NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO.

A formação do Estado Nacional constituiu um longo processo histórico que compreenderam os séculos XIII e XIV, na Europa Ocidental, durante o feudalismo, e promoveu a formação de uma soberania central que aos poucos foi submetendo entidades de poder subnacionais como o feudo e a cidade (ou burgo), assim como entidades de poder supranacionais, como a Igreja Católica e o Império Romano Germânico.

Leila Marrach Basto de Albuquerque aduz que é por intermédio de uma revolução na nossa história cósmica que surge a ciência moderna com a mudança do eixo do cosmo, da terra para o sol: “A revolução científica, que promove a implosão do universo medieval, começa nos céus” (ALBUQUERQUE, 2006, p.195).

Insofismavelmente, com o avanço do conhecimento científico em detrimento da tradição, do senso comum e da religião, firma-se um processo de racionalização cada vez mais crescente no mundo de então. Essa mudança de valores promove

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantocheização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

completamente uma descaracterização da forma de ver o mundo, e essa nova concepção do homem e da terra é o que Weber chamou de “desencantamento do mundo”. (PIERUCCI, 2003).

Por desencantamento do mundo, Max Weber entende o demorado processo de derrocada do ideal mágico, da dessacralização do mundo medieval, levada a termo pela ciência. O desencantamento corresponde a uma nova regulação da vida cotidiana fundada no compromisso dos indivíduos com seus valores. Implica na substituição de um mundo antigo e encantado, orientado pela magia e pela fé, para um mundo desencantado, cético, despido de inconsistências lógicas.

“Isto significa: o desencantamento do mundo. Ninguém mais precisa lançar mão de meios mágicos para coagir os espíritos ou suplicar-lhes, feito o selvagem, para quem tais forças existiam. Ao contrário, meios técnicos e cálculo se encarregam disso. Isto, antes de mais nada, significa a intelectualização propriamente dita” (WEBER, 1972, p.49).

O mistério e a tradição são substituídos por uma nova lógica de pensamento: “numa atitude experimentalista-instrumental, potencializada pelo emprego do cálculo matemático, reduz o mundo natural a mero ‘mecanismo causal’, desembaraçando-o com isso daquele sentido metafísico objetivo de ‘cosmos ordenado por Deus’” (PIERUCCI, 2005, p. 141-142).

Assim, com o conhecimento científico em expansão, a autoridade central do soberano aos poucos se impõe e suplanta as individualidades locais, ou seja, o poder real torna-se mais abrangente do que o dos senhores feudais e o da burguesia dos centros comerciais e ainda suplanta também aqueles poderes mais extensos do que o nacional. “Em torno do poder real fortalecido sobre um território definido, a identidade política dos cidadãos passou a ser definida como identidade nacional.” (FORJAZ, 2000, p.41).

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

Hobbes, Locke e Rousseau foram os primeiros a pensar que a origem e fonte de todo poder está no consentimento dos cidadãos, e os dois últimos criaram a partir desse pensamento, as teorias modernas da democracia, que se sofisticaram cada vez mais, na imagem da soberania enquanto fruto da “vontade geral”, na expressão de Rousseau. (ROUSSEAU, 1973, p.25)

Até o século XX, a soberania estatal continuava sendo considerada como órgão único de poder, independentemente de ser baseada no consentimento popular ou no arbítrio dos governantes, e o Estado Nacional continuava sendo o principal ator no cenário internacional e um dos principais conceitos de Ciência Política. (FORJAZ, 2000, p. 42).

Cada um dos quase 200 países que surgiram dos antigos impérios coloniais desde o fim da segunda guerra mundial foi estabelecido como Nação-Estado soberana. E é isso que aspira se tornar cada uma das partes do último império colonial o Império Soviético (DRUKER, 1993, p.18).

Foi com o advento da chamada Globalização, no fim do século XX, que novamente o Estado Nacional passou a sofrer competição de instituições transnacionais de poder, assim como na Idade Média, configurando um processo histórico que alguns autores têm denominado de Novo Medievalismo (FORJAZ, 2000, p.42).

Assim, a soberania do Estado teve o “tripé” abalado (soberania militar, econômica e cultural) em especial no que diz respeito à “perna” da economia. Os Estados não possuem recursos suficientes, nem liberdade de manobra para suportar a pressão – pela simples razão de que “alguns minutos bastam para que empresas e até Estados entrem em colapso” (BAUMAN, 2009, p. 72).

Como afirma Bauman, “Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega empresas” (BAUMAN, 2009, p. 74).

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantocheização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

E nas palavras de Ulrich Beck, globalização significa, diante deste quadro, os processos, em cujo andamento os Estados nacionais, vêem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrer a interferência cruzada de atores transnacionais. (BECK, 1999, p. 30)

Boaventura de Souza Santos, aduzindo sobre os processos de globalização e seus impactos sociais e econômicos, afirma que a globalização

“... interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional, etc.” (BOAVENTURA, 2002, p. 26).

As organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Compensações Internacionais, entre outras, estão crescentemente se fortalecendo e impondo restrições ao poder outrora absoluto dos Estados Nacionais.

Tanto os Estados Unidos quanto a Nigéria têm que aceitar as regras de comércio internacional estabelecidas no âmbito da OMC, não importando o diferencial de poder e riqueza que os caracteriza, a despeito da imensamente maior influência americana no momento da formulação dessas regras. Entretanto, uma vez aceitas pela OMC, as regras passam a se impor igualmente a ambas as nações. (FORJAZ, 2000, p. 42)

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

A partir dessas influências e pressões infligidas sobre os Estados, a economia acaba por ser dessocializada, o conceito de cidadão é trocado pelo de consumidor e o *critério de inclusão deixa de ser o direito para passar a ser o de solvência*. (BOAVENTURA, 2002, p. 35).

Aqui, trazemos à tona as palavras de Bauman, que sintetiza bem o que tentamos aqui transmitir:

Em poucas palavras: ninguém parece estar no controle agora. Pior ainda - não está claro o que seria, nas circunstâncias atuais “ter o controle”. Como antes, todas as iniciativas e ações de ordenação são locais e orientadas para questões específicas; mas não há mais uma localidade com arrogância bastante para falar em nome da humanidade como um todo ou para ser ouvida e obedecida pela humanidade ao se pronunciar. Nem há uma questão única que possa captar e teleguiar a totalidade dos assuntos mundiais e impor a concordância global. (BAUMAN, 2009, P. 66)

Nas palavras de Christopher Morris, pergunta-se: seria o “obituário do sistema do Estado”? (MORRIS, 2005, p.21).

Assim, caminha-se para um mundo sem fronteiras e com mercados de capitais, de informações, de tecnologias, de bens e de serviços tornando-se efetivamente globalizado e assim, para um novo e “famigerado” sistema econômico mundial dominado por “forças incontrolláveis”, sendo que seus principais atores são as grandes empresas transnacionais independentes, sem raízes e, a bem dizer, sem lealdade com qualquer Estado-Nação.

3. CRISE DA SOBERANIA CONTEMPORÂNEA–DISPARIDADES POLÍTICAS E ECONÔMICAS.

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

Como teoria política, o absolutismo medieval defendia que uma pessoa, em geral um monarca, devia obter poder absoluto, isto é, independente de outro órgão, seja ele judicial, legislativo, religioso ou eleitoral. Concentrava praticamente todos os poderes. Criava leis sem autorização ou aprovação política da sociedade. Criava impostos, taxas e obrigações de acordo com seus interesses econômicos. Agia em assuntos religiosos, chegando, até mesmo, a controlar o clero em algumas regiões.

O Absolutismo foi o regime da centralização: os soberanos passaram a concentrar todos os poderes, ficando os cidadãos excluídos de qualquer participação e controle na vida pública. O absolutismo prevaleceu nos países da Europa, na época do Antigo Regime (séculos XVI ao XVIII).

A idéia de soberania popular é um pensamento moderno, decorrente da Escola contratualista (de 1650 a 1750), representada por Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). A doutrina central é a de que a legitimidade do governo ou da lei está baseada no consentimento dos governados. A soberania popular é assim uma doutrina básica da maioria das democracias atuais.

Todavia, o desenvolvimento histórico do conceito de soberania prossegue, atribuindo-se à burguesia, à nação para, já no século XIX, aparecer como emanção do poder político. Posteriormente, será o próprio Estado, como personalidade jurídica, que deterá a titularidade da mesma, acrescentando-a como uma de suas peculiaridades (MORAIS, 2002, p.25).

Assim, a soberania hoje constitui e também constituída pela idéia de Estado Nacional, conceito esse próprio da modernidade.

Por outro lado, o importante aqui é justamente salientar a transformação que está se operando no contexto do poder soberano do Estado, originado totalmente sob a proteção do poder supremo em sua relação com forças externas e internas, aparece

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

atualmente, ameaçado e em muitos casos expropriado, como também aqui destacamos as palavras de José Luis Bolzan de Moraes:

Muito embora a soberania permaneça adstrita à idéia de insubmissão, independência e de poder supremo juridicamente organizado, deve-se atentar para as novas realidades que impõem à mesma uma série de matizes, transformado-a por vezes. (MORAIS, 2002, p. 26).

Tornou-se quase que um senso comum a afirmação de que a globalização tem levado os Estados nacionais a uma crise irreversível. Crise também refletida em aspectos econômicos no jogo de forças entre o Estado nacional e as potências do mercado econômico. Assim, Milton Santos aduz:

Não é raro que as regras estabelecidas pelas empresas afetem mais que as regras criadas pelo Estado. Tudo isso atinge e desnorteia os indivíduos, produzindo uma atmosfera de insegurança e até mesmo de medo... (SANTOS, 2006, P. 163).

Christopher Morris afirma que “um Estado só é justificado, podemos dizer, desde que seja agradável a seus membros” (MORRIS, 2005, p.24). Se os Estados são adequados para proporcionar ordem social, segurança básica aos nacionais e às suas posses e determinado bem estar físico, mental e social, então se entende que os Estados permanecem condenados na medida em que satisfaçam os fins de alguns às expensas de outros, mesmo que os perseguidos não estejam, desta forma, ligados aos seus Estados.

4. A GLOBALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DA ATUAÇÃO DO ESTADO E A “FANTOCHIZAÇÃO DA DEMOCRACIA”

A democracia é considerada mundialmente por muitos o regime de governo ideal, e ainda consubstanciada pela maioria dos Estados contemporâneos que respeitam a vontade de seu povo e anelam o bem comum e a garantia dos direitos fundamentais. A democracia está fundamentada no consentimento, apoio, tolerância e aceitação da Constituição e das leis, pela população subalterna.

Destarte, torna-se relevante a partir desse momento, buscar um entendimento mais plausível do processo que se chamou de “fantochização da democracia”, em especial no Brasil. Faz-se importante esclarecer, que esse é um termo cunhado pelo autor José Luiz Bolzan de Moraes (2005), muito pouco ainda explorado nas Ciências Políticas e Sociais.

O modelo de democracia representativa, no caso específico brasileiro, sofre ataques à sua perfeita aplicabilidade, bem como manipulações, conforme aduz Moraes, tornando-se inclusive refém:

...das referências tecnológicas, das estatísticas, das probabilidades e das valorações macro e microeconômicas, o que dificultou/inviabilizou a tarefa política como jogo dialético das pretensões (MORAIS, 2002, p.54).

Usa-se aqui a expressão *jogo político* para aludir às constantes manipulações políticas dos que governam, sem, todavia, representar a vontade do povo, no sentido de ajustá-la às vontades particulares ou do mercado.

Ao referir-se da possibilidade de “fantochização da democracia”, observa-se tal fenômeno que se mostra caracterizado em dois pontos percebidos e a seguir expostos:

a) Na ausência de alternativas de escolhas de candidatos políticos, no modelo de democracia representativa brasileira, face ao desaparecimento de propostas diferenciadas, bem como de diferentes candidaturas, provocados pelo empobrecimento do espaço público da política e da sua economização em um contexto de “jogo global” de capitalismo financeiro, conforme aduz:

“... quando referimos a possibilidade de “fantochização” da democracia, estamos tentando ilustrar a ideia de que para que se constitua efetivamente a democracia representativa, um de seus pressupostos, embora não seja o único e sequer o suficiente, estamos dizendo que, diante dos quadros de enfraquecimento do espaço público da política e da sua economização, em um contexto de jogo econômico global de um capitalismo financeiro, constata-se ao menos tendencialmente, o desaparecimento de alternativas reais de escolha posto que se estabelece um estereótipo de desdiferenciação de propostas, de desidentificação de candidaturas, etc., conduzindo o cidadão a um processo de apatia política diante da percepção da total desnecessidade mesmo dos próprios instrumentos de escolha dos representantes – as eleições” (MORAIS, 2002, p.55).

b) A segunda razão entendida para o quadro de “fantochização” na democracia brasileira seria o próprio contexto econômico mundial e suas pautas do capitalismo financeiro; uma vez que os mercados costumam alterar seus “humores” muito rapidamente, e, ao levar em conta a volatilidade da transferência eletrônica de ativos financeiros, as candidaturas ficam obrigadas a darem respostas “amarradas” a esse panorama, o que permite o desaparecimento da representatividade popular no sistema, uma vez que atrelados ao mercado financeiro, a política em geral produz uma constante homogeneidade de respostas, sempre vinculadas ao capitalismo (MORAIS, 2002, p. 55).

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

Comentando sobre o domínio do mercado capitalista globalizado, detentor de grande poder sobre os Estados Nacionais, comenta Bauman:

Em poucas palavras: ninguém parece estar no controle agora. Pior ainda! Não está claro o que seria, nas circunstâncias atuais, “ter controle”. Como antes, todas as iniciativas e ações de ordenação são locais e orientadas para questões específicas; mas não há mais uma localidade com arrogância bastante para falar em nome da humanidade ao se pronunciar. “Nem há uma questão única que possa captar e teleguiar a totalidade dos assuntos mundiais e impor a concordância global (BAUMAN, 2009, p.66)”.

As organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Compensações Internacionais, se fortalecem ao impor restrições ao poder outrora absoluto dos Estados. A partir dessas influências sobre as nações, a economia torna-se dessocializada, o “conceito de cidadão é trocado pelo de consumidor e o critério de inclusão deixa de ser o direito para passar a ser o de solvência” (BOAVENTURA, 2002, p.35).

Ainda nesse foco, aludem Moraes:

A representação política cede espaço as certezas econômicas e desfaz-se o espaço próprio da política e de seus mecanismos, entrando em cena seu substituto, a “mão invisível do mercado” – e este com sua “falta de humor” – com suas respostas receitas para as quais descabe a dúvida e impõe-se caminhos únicos de salvação (MORAIS, 2002, p. 56).

Quanto ao modelo democrático brasileiro, considerando o contexto de jogo global de capitalismo financeiro, Moreira também alude às grandes influências sofridas pelo sistema político nacional reforçando a idéia de “grave problema” no modelo representativo, conforme afirma:

Sem a pretensão de se dissecar o modelo democrático representativo contemporâneo, nesse momento, expõe-se apenas um problema (grave) nesse modelo de participação política, conforme destacado anteriormente: a “fantochização” da democracia. E isso tem se tornado cada vez mais patente, por dois motivos: (a) o primeiro se refere à (im) possibilidade de escolha dentre candidaturas, por parte dos cidadãos que – devido a um estereótipo de desdiferenciação de propostas e de desidentificação de candidaturas, provocados pelo empobrecimento do espaço público da política e da sua economização, em um contexto de jogo global de capitalismo financeiro... (b) e o segundo diz respeito às transformações experimentais na democracia representativa... (MOREIRA, 2010, p. 120)

Ainda no raciocínio de Moreira, julga-se haver uma incongruência entre o modelo representativo instituído e a própria Constituição, já que o povo é que “fundamenta o Poder Constituinte (na Constituição Brasileira, especialmente no preâmbulo e no parágrafo único do artigo primeiro)” e ainda afirma: “por conseguinte aparece como principal destinatário de seu discurso constitucional de um Estado Democrático e Social de Direito”. (MOREIRA, 2002, p.119). Mas, na prática, quem parece “dar as cartas” é o mercado financeiro. O povo ou sua representatividade julga relegar-se a um plano inferior, como afirma Bauman:

Abrir de par em par os portões e abandonar qualquer ideia política económica autónoma é a condição preliminar, docilmente obedecida, para receber assistência económica dos bancos mundiais e fundos monetários internacionais. (BAUMAN, 2009, p. 75, 76)

Assim, na corrida para o aperfeiçoamento da democracia indubitavelmente em crise, inclusive de representação política, percebe-se divergências no campo democrático ao entender que o exercício do poder deve ser legitimado pelo povo, todavia no que tange ao aspecto econômico verifica-se que a globalização age como um fator desestabilizador democrático deslocando muitas decisões para além dos limites da nação.

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantocheização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

A globalização nada mais é que a extensão totalitária de sua lógica a todos os aspectos da vida. Os Estados não têm recursos suficientes nem liberdade de manobra para suportar a pressão – pela simples razão de que “alguns minutos” bastam para que empresas e até estados entrem em colapso (BAUMAN, 2009, p. 73).

Dessa forma, nota-se uma crise na funcionalidade do princípio democrático, pois a disciplina normativa constitucional que a embaixa teve que se adequar a fatores externos o que acaba por gerar também novas crises na funcionalidade e na operacionalidade do regime democrático.

Nesse diapasão, as Constituições dos Estados perdem a funcionalidade de um Estado burocrático ou mesmo de um sistema político definido e se transformam num terreno de intermediações e negociações entre interesses e valores sociais em conflito. O primado do direito se torna inútil e as autoridades constituídas pelo povo não agem nos limites traçados pela norma e sim elegendo interesses próprios ou de grupos em detrimento do interesse geral, como nas palavras de Milton Santos:

“Não é raro que as regras estabelecidas pelas empresas afetem mais que as regras criadas pelo Estado. Tudo isso atinge e desnorreia os indivíduos, produzindo uma atmosfera de insegurança e até mesmo de medo” (SANTOS, 2006, p. 163).

5. A “DESDIFERENCIAÇÃO” E A “DEIDENTIFICAÇÃO” DE CANDIDATOS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

No que tange ao modelo de representatividade política brasileira, percebe-se que existe atualmente grande descrença do cidadão comum à política. Muito dessa situação se deve ao não cumprimento das promessas da democracia: a má

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

distribuição do poder, a representação de interesses neocorporativos, a inviabilidade de uma sociedade igualitária diante do extenso poder das elites corporativas bem como a incapacidade dos agentes políticos de estimular a participação popular.

Ora, se, em razão de contextos econômicos ou de pautas do capitalismo financeiro, os mercados alteram seus humores com a rapidez volátil da transferência eletrônica de ativos financeiros, fazendo com que as candidaturas dêem respostas idênticas às questões que lhe são postas, desaparece o caráter representativo do sistema, diluído na homogeneidade de respostas. (MORAIS, 2002, p.55/56)

Destarte, percebe-se que o enfraquecimento do poder representante do cidadão, limitado apenas à escolha do mandatário e a liberdade deste em agir sem vínculos com a representação, agravam ainda mais a crise da democracia representativa.

Para Bobbio, a democracia moderna, deveria ser caracterizada pela representação política, isto é, por uma forma de representação, na qual o patrono chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato vinculado. O princípio sobre a qual se funda a representação política é a “antítese exata do princípio sobre a qual se funda a representação de interesses particulares do representado.” (BOBBIO, 2006, p. 36).

Nesse modelo, além da fonte de legitimidade encontrar-se no mecanismo de escolha dos governantes pelos representados, é também legitimado pela capacidade do representante em “traduzir a vontade popular por intermédio da realização de políticas públicas que atenda as necessidades dos governados” (DIAS, 2004, p. 235).

No que tange ao fundamento do voto e a escolha do candidato, julga-se atualmente determinado cada vez menos pelas preferências partidárias e sim por percepções imediatas dos eleitores nos canais de circulação do poder comunicativo.

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

Nesse sentido, na ausência de uma organização forte e autônoma (partidos políticos bem estruturados) pressuposto essencial para o perfeito funcionamento da democracia representativa, não há como proteger os cidadãos das manipulações das elites e dos grupos economicamente mais fortes. Sem todo esse aparato de intermediação o sistema político se torna instável, pois não possui base sólida para dar sustentação.

Nesse contexto, afirma Santos:

Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexos das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil, ainda que sua dimensão não tenha sido adequadamente avaliada. À medida que os institutos encarregados de cuidar do interesse geral são enfraquecidos, com o abandono da noção e da prática da solidariedade, estamos, pelo menos a médio prazo, produzindo as condições da fragmentação e da desordem, claramente visíveis no país, por meio do comportamento dos territórios, isto é, da crise praticamente geral dos estados e dos municípios. (SANTOS, 2006, p. 68, 69)

Nesse diapasão, os partidos não geram seguidores leais, também eles mesmos não são leais às suas propostas, os seus representantes não sabem a quem representar, as instituições acabam comandadas por líderes carismáticos, as eleições são dominadas pela paixão e pela demagogia e o eleitor, na grande maioria das vezes, sequer lembra em quem votou. A consequência direta dessas constatações, Moreira chamou de “empobrecimento do espaço público da política” (MOREIRA, 2010, p. 120).

Talvez um exemplo de “desdiferenciação e desidentificação” de propostas, geradas com o decorrer do tempo, se poderia observar no Partido dos Trabalhadores, e quiçá no próprio candidato Lula.

O radicalismo do PT pode ser percebido nitidamente durante os anos 1980, que aqui se pode traduzir em três recusas: a primeira, de votar em Tancredo Neves no Colégio

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

Eleitoral, em 1985, após a derrota das Diretas Já; a segunda, a votar a favor da Constituição de 1988; e a terceira, o rechaço ao apoio do PMDB no segundo turno das eleições presidenciais de 1989.

A partir de 2002, com a conquista de poder, o PT cresceu em visibilidade, e, tanto no Executivo como no Legislativo, novas questões foram apresentadas colocando em contradição algumas posturas do partido.

O PT soube cultivar o terreno aberto pela classe trabalhadora. Da cultura participativa aos direitos cidadãos da Constituição de 1988, o partido cumpriu papel histórico semelhante ao desempenhado por socialistas europeus, a saber, o de generalizar “dimensões fundamentais da igualdade”. O discurso voltado à organização de classe num sentido estrito obteve êxito entre os trabalhadores industriais, nas categorias em expansão dos setor de serviços, como bancários e professores, entre os funcionários públicos, e até mesmo, junto ao universo agrário, tão duramente cerceado pelo coronelismo. A militância entusiasmada e a autenticidade das propostas fizeram do PT experiência aberta à participação. (SINGER, 2012, p. 91)

E continua a discorrer sobre os feitos do partido:

... recusou o apoio desinteressado do PMDB no segundo turno de 1989, o que poderia ter significado a vitória de Lula. À medida que expressava impulso social florescente, o radicalismo do PT acabou por influenciar a redemocratização brasileira, deixando vestígios nos avanços daquela primavera. (SINGER, 2002, p. 92)

O “Manifesto” do Partido dos Trabalhadores, aprovado pelo movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion em São Paulo, tem aspecto demagógico e visão autossuficiente da classe dos trabalhadores. A proposta de emancipação política e social desse documento se origina, principalmente, no poder de decisão da classe trabalhadora sobre a economia e uma visão utópica da relação do Estado com uma sociedade sonhada. A perspectiva eleitoral no Manifesto tem como objetivo a organização das massas exploradas e suas lutas:

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. (MANIFESTO, 1980)

A transformação do Partido dos Trabalhadores salta à vista de todos que, por motivos quaisquer, acompanharam o caminho trilhado pela agremiação desde a sua fundação em 1980. A desidentificação com suas origens se mostra notável, segundo Singer:

Militantes percebem, dia a dia, que antigas práticas já não vigoram, cedendo lugar a condutas inusitadas pelos critérios de antes. Jornalistas acostumados aos vaivens da política brasileira com frequência assinalam o contraste entre o passado e o presente do partido. (SINGER, 2012, p.85)

As transformações do partido tiveram impulso a partir de 1998 quando pela terceira vez o candidato Lula perdeu as eleições para o candidato de direita, Fernando Henrique Cardoso. O partido decidiu se tornar mais competitivo e pragmático.

Privado da força motriz dos anos 1980, o PT procura afiançar-se no plano institucional, o que implicava buscar alianças. O interessante é que o caráter crescentemente eleitoral do partido, que aparece em 1998 sob a forma de uma associação com o PDT que quase custou a extinção do PT no Rio de Janeiro, não foi acompanhado de revisão programática. (SINGER, 2012, p. 94)

A essas constantes mudanças verificadas no Partido dos Trabalhadores, no decorrer dos anos, que aqui se colacionam, Singer chamou de “segunda alma do PT” cujo

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

nascimento se deu em nome da vitória. Essa “segunda alma”, afirma ainda o autor, se impôs com “facilidade surpreendente” (SINGER, 2012, p. 95).

Na busca frenética pela vitória nas urnas, muitas vezes os partidos políticos movidos pelo desejo de poder, acabam por se tornar

(...) refém das referências tecnológicas, das estatísticas, das probabilidades e das valorações macro e microeconômicas, o que dificultou/inviabilizou a tarefa política como jogo dialético de pretensões. (MORAIS, 2002, p. 54)

Ainda sobre as mudanças elementares operadas no seio do Partido dos Trabalhadores, Singer tece comentário sobre a nova política de alianças do PT com partidos de direita, que segundo ele, não era uma flexibilização, e sim um mergulho no “pragmatismo tradicional brasileiro”:

À medida que o governo Lula expandiu o raio de acordos a outros partidos de direita, como Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Progressista (PP), deixou de haver quaisquer restrições aos arranjos eleitorais. Na eleição municipal de 2008, a decisão do Diretório Nacional de coibir alianças com o PSDB foi, na prática, ignorada em Belo Horizonte, sem maiores problemas. (SINGER, 2012, p. 99).

O interessante de toda essa desidentificação com a primeira “alma”, o PT, segundo Singer, “nunca reviu suas posições históricas” (SINGER, 2012, p. 119, 120).

Talvez, para os defensores da primeira “alma” do partido, que não aceitava sequer alianças com partidos de centro, a mais “amarga” aliança feita pelo PT, aconteceu quando da coligação com o PL (Partido Liberal), para as eleições em 2002, agremiação que leva no próprio nome a adesão ao credo oposto ao socialismo.

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

Sinal dos tempos: diferentemente do que ocorrera em 1998, quando a aliança com um partido de centro esquerda (PDT) obrigou o Diretório Nacional (DN) petista intervir na seção carioca, a ligação com a direita em 2002 passou quase ilesa. (SINGER, 2012, p.99)

Assim, percebe-se no seio do partido uma convergência de duas “almas”, o que no mínimo leva a um paradoxo:

O partido defende simultaneamente, reformas estruturais profundas e a estabilidade econômica; propriedade social dos meios de produção e respeito aos contratos que garantem os direitos do capital; um postulado genérico anticapitalista e o apoio às grandes empresas capitalistas, “a formação de uma cultura socialista de massas” e acordos com partidos de direita. (SINGER, 2012, p.124)

Resta observar que houve uma intensa e notória “desidentificação” do Partido dos Trabalhadores, que migra de um partido de confronto para um partido de não confronto com o capital. O PT se mostrou com isso, um partido frágil (no sentido de sua orientação ideológica), de interesses oportunistas maiores que suas convicções políticas. “O que estava em jogo, na verdade, era o abandono da postura anticapitalista que o partido adotara na fundação” (SINGER, 2012, p. 98).

O surgimento desse novo partido, dessa segunda “alma” do PT, deixou vazio o lugar do anticapitalismo brasileiro, atualmente disputado apenas por pequenas siglas como o PSOL e o PSTU. Assim, vai se perdendo de vista o papel da democracia, tornando-se um estereótipo que Moraes denominou “fantochização da democracia”, conforme aqui se discutiu.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na percepção aqui transcrita, entende-se caminhar para um mundo sem fronteiras e com mercados de capitais, de informações, de tecnologias, de bens e de serviços

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantocheização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

tornando-se efetivamente globalizado e assim, para um novo e “famigerado” sistema econômico mundial dominado por “forças incontrolláveis”, sendo que seus principais atores são as grandes empresas transnacionais independentes, ou seja, sem raízes e, a bem por dizer, sem lealdade com qualquer Estado-Nação.

Assim, apregoa-se no mundo afora, que a única maneira de evitar tornar-se um fracassado – enquanto nação, empresa ou indivíduo - é tornar-se inserido, articulado e o mais competitivo possível no cenário global.

O papel dos Estados nacionais, no dizer pessimista de Bauman, particularmente da periferia menos desenvolvida, é aqui descrito como extremamente diminuído, senão anulado, tornando-se “um mero serviço de segurança para as megaempresas” (BAUMAN, 2009, p. 74).

Assim, é de suma importância, que os governos construam competências e articulem saberes necessários para que os sujeitos possam refletir e atuar na esfera pública, promovendo a capacidade de gerir, orientar, discutir, organizar e negociar, ou seja, no exercício produtivo da máquina política, para que possam colaborar de modo livre e democrático, em diferentes espaços e fóruns de atuação, enfrentando, combatendo e solucionando conflitos existentes no mundo complexo e agora, globalizado.

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. M. B.. “A ideia de natureza na ciência pós-moderna”. In: Pedro Jacobi; Lúcia da Costa Ferreira. (Org.). *Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006. v. 01; p. 193-209.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização, As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BECK, Ulrich, *O Que é a Globalização?* São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

BOAVENTURA, Sousa Santos. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

DIAS, Márcia Ribeiro. “Da capilaridade do sistema representativo: em busca da legitimidade nas democracias contemporâneas”. In: *Revista Civitas*. Porto Alegre, v. 4, n. 2. Jul.-Dez., 2004

GIDDENS, A. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença. 2000.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. “Globalização e Crise do Estado Nacional”. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, abril/junho de 2000, vol. 40, num.2, p.38-50.

FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem Ética?”. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Org.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

HONNETH, Axel. “Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade”. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Org.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

MANIFESTO DOS TRABALHADORES, 1980. Disponível em: <http://portal.ptrs.org.br/o-partido/manifesto/>, acessado em 1º. de setembro de 2012.

MORAIS, José Luiz Bolzan de. *As Crises do Estado e da Constituição e a Transformação Espacial dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

MOREIRA, Nelson Camatta. *Fundamentos de uma Teoria da Constituição Dirigente*. São José, SC: Editora Conceito, 2010.

MORRIS, Christopher. *Um Ensaio Sobre o Estado Moderno*. São Paulo: Landy Editora, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos ao passo do conceito em Max Weber*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção “Os pensadores”).

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização – Do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. 13ª Edição.

COSTA, Osman Santana. “A expropriação da soberania do Estado no processo de globalização e a ‘fantochização da democracia’”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 26 – 49.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo*. São Paulo. Companhia das Letras. 2012. 1ª edição.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Desigualdade e a Questão Social*. 3ª Edição, São Paulo: Editora da PUC-SP, 2010.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.